

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Procuradoria-Geral de Justiça

Secretaria da Comissão de Concurso

XLV Concurso para ingresso na carreira do Ministério Público

08 de maio de 2005

PROVA ESCRITA – 1ª ETAPA

DURAÇÃO: 04 :00 HORAS

VALOR: 70 PONTOS

INSTRUÇÕES GERAIS

Senhor(a) Candidato(a)

-Esta prova compõe-se de 35 páginas numeradas e 70 questões:

- . 10 (dez) questões de Direito Constitucional;
- . 10 (dez) questões de Direito Administrativo e Tributário;
- . 10 (dez) questões de Direito Penal;
- . 10 (dez) questões de Direito Processual Penal;
- . 10 (dez) questões de Direito Civil;
- . 10 (dez) questões de Direito Processual Civil;
- . 10 (dez) questões de Legislação Especial.

- Marque apenas UMA opção por questão.
- Não deixe nenhuma questão em branco.
- Preencha o gabarito depois de resolvida a prova.
- Ao preencher o gabarito utilize somente caneta esferográfica azul ou preta.
- No gabarito, preencha TOTALMENTE o espaço relativo à opção feita.
- ASSINE o gabarito no local apropriado.
- O caderno de questões deverá ser DEVOLVIDO, salvo o gabarito rascunho que poderá ser destacado para anotações.

BOA SORTE!

BANCA EXAMINADORA DO XLV CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

(Eleita na 3ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, em
14.03.2005)

DIREITO CONSTITUCIONAL

Titular: João Cancio de Mello Júnior

Suplente: Marcelo de Oliveira Milagres

DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

Titular: Antônio Sérgio Tonet

DIREITO PENAL

Titular: Carlos Augusto Canêdo Gonçalves da Silva

Suplente: Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Titular: Carlos Henrique Fleming Cecon

Suplente: Denilson Feitoza Pacheco

DIREITO CIVIL

Titular: Salomão de Araújo Cateb

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Titular: Fernando Rodrigues Martins

Suplente: Marco Paulo Cardoso Starling

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Titular: Rômulo de Carvalho Ferraz

Suplente: Shirley Fenzi Bertão

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Segundo o conceito de interpretação das normas jurídicas elaborado por Savigny “interpretação é a reconstrução do conteúdo da lei, sua elucidação, de modo a operar-se uma restituição de sentido ao texto viciado ou obscuro”. Assim, sobre alguns dos critérios de interpretação das normas constitucionais é **INCORRETO** afirmar que

- a) a interpretação autêntica é aquela procedida pelo próprio autor intelectual da lei. É o comentário procedido pelo jurista, ou comissão de notáveis que elaborou a lei explicando-lhe o significado quando da sua concepção de acordo com o Direito vigente à época.
- b) a interpretação judiciária ou jurisprudencial materializa-se nas sentenças e arestos dos tribunais. Tanto maior o prestígio e autoridade do julgado quanto mais elevada a instância de onde se origina.
- c) a interpretação autêntica vincula os juízes, no ato interpretativo, sendo de eficácia *erga omnes* e efeito *ex tunc*.
- d) a interpretação doutrinária é aquela que advém dos juristas, materializando-se através de ensaios teóricos ou peças processuais sobre o conteúdo e significado da norma.
- e) a interpretação autêntica é aquela ministrada pelo legislador mesmo, o órgão legislativo elabora uma segunda norma com o propósito de estabelecer o significado e o alcance da norma antecedente, havida por contraditória ou ambígua.

2. Sobre o conteúdo do *princípio constitucional da simetria* é **CORRETO** afirmar que

- a) está consagrado no verbete nº. 473 da Súmula do STF que assegura à Administração Pública anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.
- b) diz respeito à estruturação a Administração Pública em criar uma relação de coordenação e subordinação entre vários órgãos administrativos, o que caracteriza o poder hierárquico pela autoridade chefe sobre seus subordinados no exercício de suas funções estabelecidas em lei.
- c) também é conhecido como princípio da legitimidade e da veracidade, caracterizando-se pela presunção *juris tantum* (relativa) de veracidade de todos os atos praticados pela Administração Pública. E em sendo tais atos de execução simétrica ou imediata, podem criar deveres e obrigações para o particular.
- d) são aqueles que veiculam princípio essencial de reprodução obrigatória nos estatutos fundamentais das entidades federadas.
- e) traduz a idéia da garantia do respeito mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que apenas excepcionalmente possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, evitando toda e qualquer assimetria jurídica.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

3. Um grupo de candidatos inscritos em um concurso público na Área de Educação do Estado para o cargo de Professor do Ensino Básico propuseram uma ação de mandado de segurança. Pretendiam a nulidade de cláusula do edital que previa apenas a realização de provas objetivas. Pleiteavam também a republicação do edital que previsse o concurso sob a modalidade de provas e títulos. Sobre a questão é **CORRETO** afirmar que

- a) é obrigatória a avaliação do tempo de serviço público como título em concurso público, em razão da melhor eficiência na Administração Pública.
- b) é obrigatória a previsão de aferição de títulos em concurso público como fase integrante do próprio certame, uma vez que se trata de ato jurídico complexo.
- c) é líquido e certo o direito de computar os títulos de pós-graduação, mestrado ou doutorado na matéria, por se tratar de concurso na área de Educação e assim para melhor qualificação técnica e eficiência do futuro servidor.
- d) não procede a pretensão dos candidatos eis que presumem-se sempre constitucionais os atos do Poder Público no que se refere a qualificação adequada do candidato selecionado por concurso público.
- e) a questão se insere dentro do critério da discricionariedade administrativa da Administração eleger qual será a modalidade do concurso destinado ao provimento dos seus cargos em razão na natureza do certame.

4. Em um determinado processo tramitando perante o Tribunal de Justiça, em havendo sido suscitado declaração incidental de inconstitucionalidade, é **CORRETO** afirmar que

- a) somente pelo voto da maioria absoluta dos desembargadores integrantes da Corte Superior (denominação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça no Estado de Minas Gerais) compete aquele reconhecimento.
- b) tanto poderá ser reconhecida pelo Órgão Especial quanto pela maioria dos desembargados componentes das Câmaras ou Grupo de Câmaras.
- c) somente poderá ser reconhecida pela maioria do Tribunal Pleno.
- d) exige quorum qualificado nos termos do Regimento Interno do Tribunal.
- e) é obrigatória a suspensão do processo, forma-se um incidente e o feito é remetido para julgamento no Órgão Especial somente para esta finalidade.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

5. Sobre a figura da Súmula com efeito vinculante prevista na EC nº. 45/2004, é **CORRETO** afirmar que

- a) o STF somente poderá aprovar súmula com efeito vinculante com relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, respeitada o princípio da separação e harmonia entre os Poderes.
- b) o STF poderá, de ofício ou por provocação, cujo quorum é de 2/3, aprová-la com aquele efeito tanto em relação ao demais órgãos do Poder Judiciário; quanto em relação à Administração Pública Direta e Indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- c) uma vez aprovada não poderá proceder à sua revisão ou cancelamento, salvo nova controvérsia no STF, e após 2 (dois) anos da sua aprovação.
- d) cabe ação de descumprimento de preceito fundamental contra ato da Administração Pública ou de decisão que contrariar a súmula vinculante.
- e) somente ação rescisória perante o STF poderá alterar o conteúdo de súmula com efeito vinculante, nos termos e prazos previstos na lei processual específica.

6. Em se tratando de Medidas Provisórias, com relação aos requisitos da relevância e urgência, é **CORRETO** afirmar que

- a) se houver desvirtuamento dos requisitos é cabível o controle judicial.
- b) o presidente da Câmara dos Deputados pode rejeitar a medida, sempre que entender ausentes tais requisitos.
- c) somente o presidente do Senado Federal poderá recusar o recebimento da medida por motivo de relevante interesse público e deixar de enviá-la à Câmara dos Deputados, utilizando seu poder de presidente do Congresso Nacional.
- d) uma vez reconhecido aqueles requisitos pela Câmara dos Deputados a Casa revisora, neste aspecto, permanece vinculada.
- e) em nenhuma hipótese é cabível o controle judicial, em prestígio ao poder de iniciativa privativa do Presidente da República.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

7. Após a EC nº. 45/2004, nos Estados que possuísssem Tribunal de Alçada, para que haja a fusão com o respectivo Tribunal de Justiça é **CORRETO** afirmar que

- a) depende de ato administrativo do presidente do Tribunal de Justiça promovendo a integração dos membros do tribunal extinto em seu quadro.
- b) depende, para sua implementação, de Emenda Constitucional à Constituição Estadual, fixando a nova competência jurisdicional dos juizes do tribunal extinto, garantida a disponibilidade constitucional destes.
- c) depende da Lei de Organização e Divisão Judiciária fixando as respectivas atribuições dos vários magistrados com a redistribuição dos processos do tribunal extinto.
- d) depende da decisão do Conselho Nacional de Justiça, órgão nacional, e pelo voto da maioria dos membros, respeitada a competência jurisdicional dos magistrados do tribunal extinto, face ao princípio constitucional da vitaliciedade e inamovibilidade.
- e) depende de alteração da Lei Complementar à Constituição, de iniciativa do STF, dispondo sobre a Organização da Magistratura Nacional.

8. A perda da graduação das praças da Polícia Militar Estadual, decorrente de processo administrativo disciplinar, é **CORRETO** afirmar que

- a) compete privativamente ao Juiz de Direito em processo administrativo autônomo, desde que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- b) poderá ser declarada pelo Comandante-Geral da respectiva Polícia Militar, desde que haja reconhecimento de incompatibilidade e indignidade.
- c) compete ao Tribunal de Justiça, uma vez que tal decisão possui natureza diversa do processo penal militar.
- d) poderá ser decretada como pena acessória decorrente da própria condenação.
- e) compete ao Tribunal de Justiça Militar, onde houver, mediante processo específico.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

9. O projeto de lei que modifique Lei Complementar Estadual que dispõe sobre o Ministério Público, é **CORRETO** afirmar que

- a) compete privativamente ao Procurador-Geral de Justiça do Estado.
- b) depende de acordo prévio com o Presidente do respectivo Tribunal de Justiça e Presidente da Assembléia Legislativa.
- c) é facultado ao Chefe do Ministério Público, observadas as garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio, sendo de competência concorrente com o Governador do Estado.
- d) pode ser modificada pelo Poder Legislativo, amplamente, respeitado as garantias processuais dos membros do Ministério Público e o cálculo orçamentário.
- e) depende da concordância prévia do Governador do Estado e Presidente da Assembléia Legislativa, pois trata-se de matéria concorrente.

10. Uma servidora pública estadual aposentada, há mais de 10 (dez) anos, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais designada (=espécie de contrato com a Administração Pública), teve o ato declaratório da sua aposentadoria anulado no exercício do poder de autocontrole da Administração (verbete nº. 473 da Súmula do STF), e em acatamento à determinação do Tribunal de Contas do Estado, posto que irregular. Destarte, é **CORRETO** afirmar que

- a) em se tratando de servidor designado não poderia ser deferida qualquer espécie de aposentadoria, uma vez que esta garantia faz parte do regime próprio dos detentores de cargo público concursados.
- b) a Administração Pública usou suas prerrogativas constitucionais de anular seus próprios atos quando ilegais, e em acatamento à decisão do Tribunal de Contas do Estado.
- c) uma vez publicado o ato de aposentadoria, presume-se que já tenha havido o indispensável controle prévio de legalidade. Razão pela qual o ato está acobertado pelo instituto do ato jurídico perfeito e do direito adquirido.
- d) transcorridos mais de 5 (cinco) anos da data da publicação do ato declaratório, a Administração Pública decaiu do direito de anulá-lo, apesar do regime de ingresso do servidor, mesmo garantido o contraditório e a ampla defesa.
- e) diante da situação funcional do ex-servidor e da previsão constitucional, restou imperiosa a anulação daquela aposentadoria, desde que observada a ampla defesa e o contraditório.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

11. A respeito dos princípios que regem a Administração Pública, considere as seguintes afirmações.

I. O instituto da requisição (CF, art. 5º, inciso XXV) tem pertinência com o princípio da finalidade pública ou supremacia do interesse público sobre o interesse privado.

II. O princípio da hierarquia deve ser observado por todos os Poderes do Estado, tendo em vista a necessidade da manutenção da ordem, da disciplina e da unidade de direcionamento de suas respectivas funções típicas.

III. A União pode editar medida provisória em matéria de Direito Administrativo, desde que observe as condições e os limites previstos no art. 62 da Constituição da República e nas demais normas pertinentes.

IV. O princípio da impessoalidade está ligado ao princípio da igualdade ou isonomia constitucional, enquanto que o princípio da moralidade relaciona-se com os princípios da lealdade e boa-fé.

V. É inconstitucional decreto do Presidente da República que extingue, em qualquer hipótese, cargo público regularmente criado por lei.

Somente é **CORRETO** o que se afirma em:

- a) todas estão certas.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e V.
- e) III, IV e V.

12. É **CORRETO** afirmar que:

a) o recurso hierárquico próprio é interposto à autoridade administrativa que proferiu a decisão ou à instância superior; impróprio é o recurso interposto pela própria autoridade julgadora, nos casos em que a lei o exige.

b) os institutos da desconcentração e da descentralização, salvo pequena divergência doutrinária, podem ser considerados sinônimos.

c) a doutrina majoritária entende que as sociedades de economia mista não se sujeitam à falência.

d) a Câmara de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Órgão colegiado da Administração Superior da Instituição, ao aprovar, por maioria absoluta de Membros (Lei Complementar Estadual n.º 34/94), proposta do Procurador-Geral de Justiça de fixação das atribuições de Promotoria de Justiça (LC n.º 34/94, art. 24, XII), exerce uma função consultiva, de mérito e de legalidade, quanto ao conteúdo, e vinculante, quanto ao grau de necessidade.

e) a empresa pública apresenta as seguintes características: instituição por lei, capital exclusivamente público; exploração de atividade econômica como único objeto.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

13. Quanto aos Servidores Públicos, é **CORRETO** afirmar que:

- a) a auto-executoriedade do direito de greve do servidor público foi consagrada na Constituição da República pela Emenda Constitucional n.º 19, de 04.06.1998.
- b) a invalidade dos atos praticados por funcionários de fato é proclamada pela teoria do órgão, que fundamenta a natureza do vínculo do Estado com seus agentes.
- c) a Emenda Constitucional n.º 41, de 19.12.2003, estabeleceu a pensão por morte do servidor público em duas parcelas, uma fixa e a outra complementar, as quais, somadas, não poderão ultrapassar o limite de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).
- d) a regra do subsídio remuneratório é de observância obrigatória para os agentes políticos citados pela atual Constituição e facultativa para os servidores públicos organizados em carreira, enquanto que a regra do teto salarial é cogente para ambos.
- e) a reversão, o aproveitamento, a reintegração, a disponibilidade e a recondução são formas, normalmente citadas pela doutrina, de provimento derivado.

14. Sobre os atos e contratos administrativos e as licitações, assinale a opção **INCORRETA**.

- a) A licitação é dispensável para a contratação de serviços e obras com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, nos termos da legislação aplicável.
- b) A concessão é contrato administrativo pelo qual a Administração confere ao particular a execução remunerada de serviço público.
- c) De acordo com o direito positivo brasileiro, independentemente de divergências doutrinárias, é correto dizer que os elementos do ato administrativo são os seguintes: motivo, finalidade, competência, forma e objeto.
- d) A determinação estatal geral, imprevista e imprevisível, que onera substancialmente a execução do contrato administrativo, é conhecida na doutrina com o nome de fato do príncipe.
- e) A convalidação, admitida pela doutrina majoritária e pelo direito positivo Brasileiro, é ato administrativo pelo qual é suprido vício existente em ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

15. Assinale a opção **CORRETA**.

- a) Os Estados e os Municípios não têm competência para desapropriar imóvel rural.
- b) O exercício do poder regulamentar do Poder Executivo tem matriz constitucional e se situa na principiologia constitucional da Separação de Poderes.
- c) Diante da verdade sabida ou notoriedade absoluta da prática, por servidor público, de fato definido como infração administrativa, pode a respectiva sanção ser diretamente aplicada.
- d) Os mares territoriais, exceto as baías e enseadas, são águas públicas.
- e) Poder de Polícia é a atividade essencialmente vinculada, caracterizada por um conjunto de normas emitidas pela Administração para restringir ou suspender direitos individuais em benefício da coletividade.

16. Quanto à responsabilidade civil ou extracontratual do Estado e o controle dos atos administrativos, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) A culpa anônima pode ser invocada para caracterizar a responsabilidade subjetiva do Estado quanto aos danos que, por omissão, der causa a terceiros.
- b) A distinção dos atos administrativos em exclusivamente políticos, quase políticos ou *interna corporis* é irrelevante para excluir do controle judicial os administrativos que ostentem, em tese, lesão ou ameaça de lesão a direito individual ou coletivo.
- c) O Supremo Tribunal Federal, levando em conta a finalidade do controle de constitucionalidade dos atos da Administração Pública, exerce função de legislador negativo quanto aos preceitos de Direito Administrativo constitucionalizados.
- d) O direito positivo brasileiro consagra a prescrição quinquenal da pretensão indenizatória por danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- e) A denúncia a lide do agente público que, por dolo ou culpa, tenha causado dano à terceiro, é obrigatória para fins do direito de regresso do Estado.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

17. Assinale a opção **INCORRETA**.

- a) As organizações sociais são entidades de direito privado, sem fins lucrativos, criadas por particulares, podendo atuar nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.
- b) O regime especial inerente às agências reguladoras diz respeito ao conjunto de privilégios outorgados à entidade para atuar, na consecução de seus fins, com maior liberdade e autonomia em relação à Administração Direta.
- c) A Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, entre outras matérias, dispõe que a parceria público-privada é contrato de concessão ou de permissão, na modalidade patrocinada ou administrada.
- d) A legislação em vigor admite que o Estado celebre contrato de gestão tanto com entidades da Administração Indireta quanto com entidades de direito privado estranhas à estrutura estatal.
- e) A Administração Pública pode remunerar os parceiros privados por meio de ordem bancária, cessão de créditos não tributários, outorga de direitos em face da Administração Pública, outorga de direitos sobre bens públicos dominicais, entre outros previstos em lei.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

18. Quanto aos tributos e às limitações constitucionais ao poder de tributar, considere as seguintes hipóteses.

I. O IPTU é imposto da competência municipal, de natureza essencialmente fiscal, admitindo a Constituição da República a sua instituição com alíquotas progressivas fiscais e extrafiscais.

II. O ICMS é um imposto estadual plurifásico, não-cumulativo e facultativamente seletivo, havendo imunidade para as prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

III. O IPVA é um imposto da competência estadual, de natureza real, cujas alíquotas podem ser diferenciadas em função do tipo e utilização do veículo, não havendo nenhuma imunidade específica para ele no art. 155 da Constituição da República.

IV. O ITBI é um imposto da competência municipal, de natureza real, que não incide sobre a transmissão de imóveis em realização de capital, não podendo ter alíquotas progressivas, sejam fiscais ou extrafiscais.

V. O ISS é um imposto municipal, cujas alíquotas máximas e mínimas são fixadas por Lei Complementar, havendo isenção heterônoma na exportação de serviços para o exterior.

Somente é **CORRETO** o que se afirma em:

- a) todas as afirmativas estão certas.
- b) I, II e III.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) I, III e V.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

19. Assinale a opção **INCORRETA**.

- a) A doutrina caracteriza a obrigação tributária acessória como destituída de conteúdo econômico.
- b) As infrações fiscais estão para o Direito Penal Tributário assim como os crimes contra a ordem tributária estão para o Direito Tributário Penal.
- c) A expressão fato gerador alberga duas realidades: uma abstrata e outra concreta.
- d) O fato gerador do IPI é instantâneo; do ITR, periódico; e do IR, complexo ou complexo.
- e) O adquirente de imóvel sobre o qual recaem pendências tributárias é sujeito passivo indireto, na modalidade transferência, por sucessão.

20. Nos termos do Código Tributário Nacional (CTN) em vigor, da doutrina e jurisprudência pertinentes, assinale a opção **CORRETA**.

- a) O despacho do Juiz que ordenar a citação interrompe a prescrição.
- b) O prazo prescricional do FGTS é de cinco anos.
- c) O lançamento da contribuição de melhoria normalmente é feito por homologação (autolancamento).
- d) Para a caracterização da fraude na alienação de bens, por sujeito passivo em débito para com o Fisco, basta que o crédito tributário esteja regularmente inscrito como dívida ativa.
- e) O CTN distingue os institutos da moratória e do parcelamento.

12
PROVA DE DIREITO PENAL

Em todas as questões assinale sempre a alternativa **CORRETA**.

21. Tício e Mévio abordam um casal no interior de uma sala de projeção (cinema) situada em um *shopping center*, com emprego de armas de fogo. O filme já havia começado e todos estavam sentados. Tício obriga a mulher a permanecer no ambiente em que se realiza a projeção enquanto que Mévio exige, sob ameaças de que seu comparsa venha a matar a mulher, que o marido saia do ambiente e o acompanhe até um caixa eletrônico existente no mesmo *shopping*, saque com cartão magnético certa quantia em dinheiro e lhe entregue. O marido sai do cinema, se dirige ao caixa, retira dinheiro e entrega a Mévio. Em seguida, Mévio exige que o marido o acompanhe a uma loja de esportes e pague, com cartão de crédito, a compra de 02 pares de tênis. Mévio escolhe os produtos e faz com que a vítima se dirija ao caixa da loja, entregue seu cartão de crédito e carteira de identidade e se apresente para pagar a conta. A vítima, no entanto, consegue alertar ao segurança da loja que imediatamente prende Mévio. Posteriormente, com a chegada da polícia, Tício é preso no cinema. O dinheiro retirado do caixa eletrônico é devolvido e as vítimas são libertas sem sofrer quaisquer lesões corporais. O fato caracteriza:

- a) um crime de roubo consumado, com privação de liberdade.
- b) um crime de roubo e outro de extorsão mediante seqüestro.
- c) um só crime de extorsão mediante seqüestro consumado.
- d) um crime de roubo tentado, com privação de liberdade.
- e) um crime de extorsão consumado e outro tentado.

22. Semprônio é preso após retirar das águas de um lago interdito pela autoridade ambiental competente alguns vegetais conhecidos como Vitória-Régia. Posteriormente, é acusado de praticar o crime previsto no art. 35, da Lei 9.605/98, que trata de pesca proibida. Apurou-se que Semprônio desconhecia o teor do art. 36 da Lei 9.605/98, que define como pesca a retirada de vegetais hidróbios. No caso:

- a) caracteriza-se o erro de tipo acidental que não traz benefícios ao agente do fato.
- b) a ignorância da lei não lhe traz benefícios, respondendo integralmente pelo fato.
- c) ocorreu um erro de proibição, capaz de reduzir a pena aplicada na condenação.
- d) caracteriza-se o erro de tipo essencial que, apesar de evitável, exclui o dolo do tipo.
- e) ocorreu um erro de proibição inevitável, capaz de isentar integralmente de pena.

13
PROVA DE DIREITO PENAL

23. Sobre a regra da incomunicabilidade das circunstâncias de que trata o art. 30 do Código Penal:

- a) impõe comunicar sempre as características pessoais de um autor aos demais.
- b) promove a extensão da tipicidade objetiva, visando preservar a teoria monista.
- c) tal comunicabilidade é suficiente para a integral caracterização do fato típico.
- d) promove a extensão da culpabilidade, com base em ficção legal de qualidades pessoais.
- e) determina que a responsabilidade seja sempre igual a todos os participantes do crime.

24. João e José combinam agredir Tião a tiros, para produzir-lhe lesões corporais de natureza gravíssima, pela incapacitação permanente para o trabalho. Ambos se postam de cada lado de uma rua e, quando o desafeto se aproxima, efetuam disparos de arma de fogo contra o mesmo. Apenas um disparo acerta a vítima, que vem a morrer. Ouvidos em juízo, João confessa ter, na hora pretendido matar Tião. José confessa ter previsto a ocorrência da morte de Tião, mas acreditou em sua habilidade e na de João para apenas lesionar a vítima. A perícia não identificou a arma da qual partiu o projétil que acertou a vítima:

- a) ambos os concorrentes devem responder por um homicídio consumado.
- b) ambos os concorrentes respondem por lesão corporal seguida de morte.
- c) João responde por homicídio consumado e José por lesão consumada.
- d) ocorrem tentativas de homicídio para João e de lesão gravíssima para José.
- e) ambos respondem por lesão corporal gravíssima consumada.

25. Sobre os crimes contra a administração pública:

- a) o gari que recebe dinheiro do particular, agradecido, no período de natal comete crime.
- b) o estagiário do juiz que exige vantagem indevida de acusado comete corrupção passiva.
- c) o particular que paga dinheiro ao funcionário que anteriormente o exige comete corrupção.
- d) o funcionário público que indiretamente exige vantagem comete crime de corrupção ativa.
- e) o particular que oferece vantagem a funcionário pelo trabalho já realizado não comete crime.

PROVA DE DIREITO PENAL

26. Um oficial de justiça não promove o despejo de pessoa pobre, no prazo estabelecido pelo juiz no mandado, por ficar com pena de seus filhos menores que ficariam na rua. Depois de alguns dias, após constatar que a pessoa providenciou abrigo para seus filhos, o oficial cumpre o mandado. Considerando o não cumprimento do mandado no prazo estabelecido, o promotor acusa o oficial por crime de desobediência. No caso, a acusação:

- a) deve ser acolhida, pois houve a intenção de contrariar o mandado do juiz.
- b) está errada, porque a ordem do juiz é injusta e não deve ser cumprida.
- c) está correta, pois o oficial não pode alterar o prazo conferido pelo juiz.
- d) está errada, porque no caso o oficial não pode cometer desobediência.
- e) não deve ser acolhida, se provada a inexigibilidade de conduta diversa.

27. Sobre a conduta do agente que preenche papel em branco assinado, que achou no escritório, com dizeres que registram uma confissão de dívida para depois vendê-lo para investidor que, conscientemente, paga metade do valor registrado para a dívida e pretende utilizá-lo no futuro:

- a) caracteriza somente o crime de falsidade material.
- b) caracteriza somente o crime de falsidade ideológica.
- c) o posterior estelionato absorve a falsidade material.
- d) o posterior estelionato absorve a falsidade ideológica.
- e) caracteriza somente o crime de apropriação de coisa achada.

28. Um empregado de instituição bancária privada apropriou-se de quantias depositadas no caixa do banco em que trabalhou, em todos os dias de expediente, durante os seis meses em que ficou na empresa. No último dia de trabalho, foi preso em flagrante antes de levar a quantia que havia separado do caixa. A prescrição relativa aos fatos começa a correr do dia em que:

- a) o empregado foi preso em flagrante.
- b) ocorreu a primeira apropriação de valores.
- c) cada crime ocorreu, respectivamente.
- d) foi praticado o último ato de tentativa.
- e) passou-se a desconfiar do empregado.

15
PROVA DE DIREITO PENAL

29. Uma pessoa é presa no interior da residência de outra, tendo entrado no local clandestinamente, antes de ter tido a oportunidade de pegar qualquer objeto. O preso confessa sua intenção de subtrair um computador existente no interior da residência. No caso, segundo a teoria:

- a) objetivo-formal, houve tentativa do crime de furto.
- b) objetivo-formal, houve violação de domicílio consumada.
- c) adotada pelo código, não houve a caracterização de crime.
- d) objetivo-individual, houve violação de domicílio consumada.
- e) objetivo-individual, houve tentativa de violação de domicílio.

30. Um médico prescreve a um paciente um medicamento cuja bula registra extensa lista de efeitos colaterais possíveis decorrentes de sua ingestão. A comercialização do medicamento é autorizada pelo órgão público de saúde competente. Mesmo observando rigorosamente as doses e cuidados prescritos pelo médico, o paciente toma o medicamento e sofre efeitos físicos colaterais nocivos com a ingestão do mesmo. No caso:

- a) a autocolocação em perigo realizada pela vítima afasta a tipicidade da conduta do médico.
- b) o consentimento do ofendido é excludente da ilicitude de uma conduta típica do médico.
- c) não se verificam os pressupostos de relevância que autorizam a imputação objetiva.
- d) a inexigibilidade de conduta diversa afasta a culpabilidade da conduta típica e ilícita.
- e) com base na teoria da equivalência dos antecedentes causais, caracteriza-se a tipicidade.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

31. Assinale a alternativa **CORRETA**.

No Direito Processual Penal as questões preliminares e as questões prejudiciais apresentam, como ponto de semelhança, a característica de que são apreciadas antes do julgamento do fato principal. Por outro lado, as questões preliminares e prejudiciais revelam a seguinte diferença:

- a) as questões preliminares são decididas no juízo penal ou extra-penal, enquanto as prejudiciais devem ser solucionadas exclusivamente na jurisdição penal.
- b) as questões preliminares referem-se a temas relativos ao mérito da causa principal, o que não ocorre em se tratando de questões de natureza prejudicial, porquanto discutem matérias de natureza processual.
- c) as questões preliminares levam à extinção do processo com julgamento do mérito, e as questões prejudiciais extinguem o processo sem julgamento do mérito, quando proferidas no juízo cível por decisão transitada em julgado.
- d) a questão preliminar que suscitar controvérsia a ser dirimida no juízo cível impõe a suspensão do processo criminal, enquanto as prejudiciais, por serem solucionadas no juízo criminal, processam-se incidentalmente ao processo principal e não obstam sua fluência regular.
- e) as questões prejudiciais gozam de autonomia, uma vez que podem existir sem que haja a questão principal e ser solvida em outro processo, enquanto as questões preliminares não prescindem da existência de uma questão principal.

32. Assinale a alternativa **CORRETA**.

Nos processos por crimes de competência do júri, o desaforamento será admitido quando:

- a) estiver comprovada a parcialidade do Juiz.
- b) houver dúvida sobre a segurança pessoal do réu.
- c) o julgamento não se realizar no período de um ano, contado do recebimento do libelo, desde que o réu ou a defesa tenha concorrido para a demora.
- d) a infração penal for inafiançável e o réu se encontrar preso por mais tempo do que determina a lei.
- e) houver aquiescência do Órgão do Ministério Público, do réu ou do seu defensor.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

33. No julgamento dos Recursos de Apelação interpostos pelo réu, é **VEDADO** ao Tribunal de Justiça:

- a) proferir juízo de retratação
- b) dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da denúncia ou queixa.
- c) proceder a novo interrogatório do acusado.
- d) reinquirir testemunhas da acusação.
- e) declarar a periculosidade real do acusado e aplicar-lhe a medida de segurança correspondente.

34. Quanto à ação penal pública, é **CORRETO** afirmar.

- a) por força do princípio da obrigatoriedade, a representação do ofendido impõe ao Ministério Público o dever de propor a ação penal pública.
- b) nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, ocorrendo a retratação do ofendido, antes da prolação da sentença final, o Ministério Público poderá desistir da ação proposta.
- c) o Magistrado poderá receber a denúncia ou queixa mesmo que esteja comprovado no inquérito policial que o indiciado era, ao tempo da infração penal, incapaz de entender o caráter criminoso do fato praticado.
- d) nos casos de ação penal de iniciativa exclusivamente privada, ocorrendo a morte do ofendido que não tenha deixado representante legal, o Ministério Público assumirá a titularidade da ação e prosseguirá nos atos processuais, recebendo a causa no estado em que se encontra.
- e) a denúncia oferecida pelo Ministério Público poderá ser aditada pelo assistente para inclusão de qualificadora não constante da inicial acusatória, desde que devidamente comprovada nos autos.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

35. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, salvo os casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- b) Mesmo tendo relaxado a prisão em flagrante delito, o Juiz poderá, no curso da instrução criminal, decretar a prisão preventiva.
- c) Lavrado o auto de prisão em flagrante delito, a autoridade policial poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção ou prisão simples.
- d) A prisão temporária será admissível quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova permitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado no crime de rapto violento.
- e) Nos crimes cuja ação penal é pública condicionada à representação, a prisão preventiva somente poderá ser decretada mediante requerimento do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.

36. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Quando incerto o limite territorial entre duas comarcas, não se sabendo exatamente onde teria ocorrido o crime, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- b) A nulidade absoluta não argüida antes da sentença final condenatória poderá ser objeto de questionamento preliminar no recurso de apelação.
- c) O Juiz-Presidente do Tribunal do Júri poderá formular quesitos sobre circunstâncias agravantes que não foram articuladas no libelo-crime acusatório, desde que tenham sido requeridos pelo acusador.
- d) A sentença penal que absolveu o acusado, com fundamento em excludente da culpabilidade, faz coisa julgada no cível, impedindo a propositura da ação civil para reparação dos danos decorrentes do delito.
- e) Não sendo possível a realização do exame de corpo de delito por peritos oficiais, admite-se que ele seja elaborado por duas pessoas idôneas, escolhidas, de preferência, entre as que tiverem habilitação técnica, relacionada à natureza do exame.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

37. Assinale a alternativa **CORRETA**.

De conformidade com a Constituição Federal, com as alterações produzidas pela Emenda Constitucional nº 45/2004:

- a) os recursos extraordinário e especial serão dirigidos, respectivamente, ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, nos casos previstos na Constituição Federal, objetivando a discussão da matéria de fato e de direito apreciadas na instância recorrida.
- b) no recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso.
- c) caberá recurso especial quando a matéria em discussão comportar análise referente à negativa de vigência ao texto da Constituição Federal.
- d) as decisões proferidas em última instância pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais podem ser impugnadas pelo recurso especial.
- e) os recursos extraordinário e especial somente poderão ser interpostos depois de julgada definitivamente a revisão criminal.

38. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) de conformidade com o princípio da causalidade, a decretação da nulidade de um ato processual acarreta a nulidade dos atos que dele dependem ou sejam conseqüência.
- b) segundo princípio da instrumentalidade das formas, não será declarada nulidade de ato processual que atingiu o fim a que é destinado.
- c) em face do princípio da tipicidade, a inobservância de formalidade extrínseca do ato processual gera nulidade absoluta.
- d) de acordo com o princípio do interesse, a parte não poderá argüir nulidade referente à formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.
- e) em decorrência princípio da irrelevância do ato, nenhum ato processual será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para acusação ou para a defesa.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

39. Nos termos da Lei que instituiu os Juizados Especiais, Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/1995), é **CORRETO** afirmar:

- a) a exigência de reparação do dano não é requisito para a concessão da suspensão condicional do processo, mas condição para que seja declarada a extinção da punibilidade.
- b) a decisão que homologa a transação penal gera efeitos civis e poderá servir de título executivo no juízo cível.
- c) expirado o prazo, sem revogação, da suspensão condicional do processo, o Juiz declarará extinta a pena.
- d) o inadimplemento dos termos da transação penal importa em conversão da sanção transacionada em pena privativa de liberdade.
- e) a soma das penas mínimas cominadas em abstrato, decorrente de concurso de crimes, não será levada em consideração para aferição do limite legal para o deferimento da suspensão condicional do processo.

40. De conformidade com as prescrições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), é **INCORRETO** afirmar:

- a) a execução penal competirá ao Juiz indicado na Lei de Organização Judiciária e, na sua falta, ao da sentença.
- b) no correr do procedimento para apuração de falta disciplinar, autoridade administrativa responsável pela custódia poderá determinar o isolamento preventivo do condenado.
- c) o Juiz da Execução, ao receber a guia de recolhimento, poderá fixar regime de cumprimento da pena diverso do imposto na sentença, em consideração à sanção encontrada pela soma ou unificação das penas estabelecidas em processos criminais distintos.
- d) as ações penais condenatórias propostas contra o sentenciado e que se encontram em andamento poderão ser levadas em consideração quando da apreciação do mérito do condenado para a concessão dos benefícios estatuídos na Lei de Execução Penal.
- e) a remição é direito dos condenados que cumprem pena no regime fechado e semi-aberto, e o tempo remido poderá ser computado para a obtenção do livramento condicional.

21
PROVA DE DIREITO CIVIL

41. Assinale a opção **INCORRETA**.

- a) O direito de acrescer aplica-se aos co-legatários nomeados conjuntamente para uma só coisa, ou quando o objeto do legado não puder ser dividido sem desvalorização.
- b) Presume-se concebido na constância do casamento o filho havido por inseminação artificial heteróloga, falecido o marido até os 300 dias seguintes à concepção.
- c) O CC prevê a possibilidade de testamento particular sem testemunhas, escrito de próprio punho pelo testador, que poderá ser confirmado a critério do juiz.
- d) Considera-se substancial o erro que, sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
- e) O dono do prédio serviente tem a faculdade de remover a todo tempo a servidão, fazendo-a passar de um lugar para outro do seu terreno e à sua custa.

42. Assinale a opção **CORRETA**.

- a) A renúncia abdicativa da herança, revertendo ao monte-mor, não é possível maneira velada de cometer fraude, por ser transmissão gratuita de bens.
- b) O bem de família, de origem romana, destina-se a proteger patrimônio do casal, urbano ou rural, lavrado por instrumento particular, firmado por ambos os cônjuges.
- c) A morte dos pais ou do filho, a emancipação ou a maioridade do filho, a adoção, o castigo ou o abandono do filho são motivos de extinção do poder familiar.
- d) O termo inicial atrelado ao negócio jurídico impede o titular de exercer o direito, mas não tem qualquer influência sobre a aquisição desse direito.
- e) Aquele que indevidamente recebeu um imóvel e o tiver alienado em boa-fé, por título oneroso, responde somente por perdas e danos.

43. Assinale a opção **INCORRETA**.

- a) No testamento público a presença das testemunhas testamentárias a todo o ato não é exigido pela lei, bastando que escutem a leitura feita em voz alta pelo tabelião para eles e o testador.
- b) A cláusula penal moratória é exigível cumulativamente com a prestação e não exclui pedido de indenização a ser formulado pelo credor.
- c) As ações de estado dizem respeito ao ser humano, enquanto sujeito de direitos e obrigações e, por isso são personalíssimas, imprescritíveis e intransmissíveis.
- d) No regime de separação absoluta qualquer dos cônjuges, isoladamente, pode pleitear, como autor ou réu, acerca de bens, bem como prestar fiança.
- e) Desempenhando de forma independente o “*munus*” público, o testamenteiro exerce as funções, delegando-as a terceiros e prestando contas ao juiz.

22
PROVA DE DIREITO CIVIL

44. Assinale a opção **INCORRETA**.

- a) Embora a mãe abuse da sua autoridade, vendendo bens do seu filho menor, causando-lhe prejuízos, não poderá o juiz de ofício intervir sem provocação.
- b) A fundação pode ser constituída por negócio jurídico entre pessoas vivas ou em decorrência de ato de última vontade, sempre fiscalizada pelo Ministério Público.
- c) A publicação do testamento particular pode ser feita pelo testamenteiro, pelo legatário, pelo herdeiro instituído, após a morte do testador, na presença de testemunhas.
- d) Face à igualdade constitucional, marido e esposa se obrigam a contribuir para as despesas do casal, proporcionalmente aos seus bens, salvo pacto antenupcial.
- e) A tutela é instituto transitório, nascendo em virtude de circunstâncias especiais que atingem o menor e cessa no caso de reconhecimento, adoção ou maioridade.

45. Assinale a opção **CORRETA**.

- a) Decorridos quatro anos da arrecadação dos bens do ausente, não havendo interessados, poderá o Ministério Público requerer a sucessão provisória.
- b) O atentado a bens imóveis fungíveis de propriedade de terceiros gera para o titular desses direitos a possibilidade de reparação civil.
- c) Qualquer herdeiro pode impugnar o testamento, dentro do prazo de cinco anos, contado da data da abertura da sucessão, ajuizando a ação própria.
- d) O tutor poderá, com autorização judicial, adquirir por si ou por terceiros, bens móveis do menor tutelado, mediante instrumento público ou particular.
- e) Os nubentes realizam o casamento religioso e dele extraem os efeitos civis, liberados de promover a habilitação perante o oficial do registro público.

46. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A lei prevê o cargo de administrador provisório para o companheiro supérstite, mas omite sua nomeação como inventariante.
- b) O rompimento da união estável produz conseqüências patrimoniais e pessoais, sem, contudo, interferir no poder-dever em relação à prole.
- c) O usufruto vidual instituído em favor do cônjuge viúvo, enquanto permanecer como tal, não se aplica ao companheiro sobrevivente.
- d) A validade do negócio jurídico, emanado da vontade da parte, não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- e) Aquele que se sentir prejudicado pelo inadimplemento da obrigação poderá exigir seu cumprimento ou requerer a resolução do contrato.

23
PROVA DE DIREITO CIVIL

47. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Para atingir sua finalidade, reveste-se o negócio jurídico de uma forma, de uma aparência, de uma linguagem, de palavras, da escrita, de sinais, de símbolos.
- b) Constatando o abandono do menor, caberá ao juiz, por provocação do Ministério Público, nomear tutor ou ordenar o recolhimento do menor a estabelecimento público.
- c) Não podem ser nomeados tutores os inimigos do menor, ou de seus pais, as pessoas de maus procedimentos, os condenados por roubo, os culpados de abuso em tutorias anteriores.
- d) No casamento nuncupativo as testemunhas devem, no prazo máximo de noventa dias, comparecer perante a autoridade judicial e declarar o fato que será tomado por termo.
- e) O devedor poderá pedir a resolução do contrato de execução diferida, se a prestação se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para o credor, em virtude de fatos imprevisíveis.

48. Assinale a opção **CORRETA**.

- a) Quando o filho não é reconhecido pelo pai, caberá o poder familiar exclusivamente à mãe, salvo se ela não puder exercê-lo, então o juiz competente dará tutor ao menor.
- b) Podem o marido ou a mulher administrar seus próprios bens, reivindicar os bens comuns, demandar a rescisão de fiança, salvo se o regime for o da separação.
- c) No regime de comunhão parcial, integram os aqüestos os bens adquiridos por título oneroso, em nome de um só dos cônjuges, os bens doados a ambos, as pensões.
- d) Se a aprovação de alteração não for unânime, os administradores da fundação submeterão o estatuto ao órgão do Ministério Público para ratificação do ato aprovado.
- e) A chamada reserva mental tem o condão de macular a perfeição do ato jurídico e de impedir a produção dos efeitos normais, mesmo com conhecimento do destinatário.

24
PROVA DE DIREITO CIVIL

49. Assinale a proposição **INCORRETA**.

- a) Os herdeiros assumem plenamente o dever do antecessor, respondendo pelo pagamento periódico, conforme estipulado na sentença, até que se esgotem as forças da herança.
- b) O imóvel urbano, abandonado pelo proprietário, sem posse de terceiros, poderá ser arrecadado como bem vago e passar, três anos depois, à propriedade do Município.
- c) O cônjuge supérstite recebe a meação dos aqüestos e concorre com os seus descendentes na universalidade, reservando-lhe a lei o mínimo de vinte e cinco por cento da herança.
- d) Em face de terceiros, a lei presume do domínio do cônjuge devedor as coisas móveis encontradas, salvo se o bem for de uso pessoal do outro.
- e) Aprovado o projeto de loteamento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário no prazo máximo de 180 dias, sob pena de caducidade do ato administrativo.

50. Assinale a opção **INCORRETA**.

- a) Devem os colaterais habilitarem-se para recolher a herança jacente até a declaração de vacância, sob pena de, não o fazendo, serem excluídos da sucessão.
- b) Caducidade é a qualidade do ato, contrato ou garantia que perdem a sua validade jurídica por inadimplemento de cláusula, obrigação ou fato superveniente.
- c) O Ministério Público não tem competência para exigir do donatário o cumprimento do encargo de interesse geral, ínsito na doação, após a morte do doador.
- d) Adquire o promitente comprador direito real à aquisição do imóvel havido por instrumento particular e registrado no Cartório de Registro de Imóveis.
- e) Os bens havidos antes da união pelo companheiro, que não tem herdeiros e morreu “*ab intestato*”, viram herança jacente e, depois, vacante, entregue ao Município.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. Indique, dentre as alternativas abaixo, o requisito extrínseco de admissibilidade dos recursos em geral:

- a) cabimento;
- b) legitimação para recorrer;
- c) interesse para recorrer;
- d) inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer;
- e) preparo.

52. É efeito material da citação válida:

- a) obstar a decadência;
- b) fixar a prevenção, em caso de competência concorrente, do órgão judicial que a ordenou;
- c) produzir a litispendência;
- d) tornar inadmissível, salvo nos casos legalmente previstos, a mudança de partes no processo;
- e) completar a relação jurídica.

53. Analise os enunciados abaixo.

I – O *arquivamento implícito* do inquérito civil público é possível apenas quando, havendo pluralidade de eventos, o Promotor de Justiça resolva propor ação civil pública em relação a um ou alguns dos objetos.

II – Constatado o *arquivamento implícito* é lícito ao juiz, no recebimento da ação civil pública, determinar a emenda da petição inicial ao representante do Ministério Público, fazendo assim o controle jurisdicional do inquérito civil público.

III – Proposta a ação civil pública concomitantemente ao *arquivamento implícito*, já não é cabível aos interessados (co-legitimados) provocar a obrigatória revisão por parte do Conselho Superior do Ministério Público.

IV – Mesmo na hipótese de *arquivamento implícito* do inquérito civil público podem os co-legitimados propor a ação coletiva omitida pelo órgão ministerial.

Quanto às assertivas acima:

- a) apenas os itens I, II e III estão corretos;
- b) somente os itens I e II estão corretos;
- c) apenas os itens II e IV estão corretos;
- d) apenas o item I está correto;
- e) somente o item IV está correto.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

54. Analise as assertivas abaixo:

I - o interesse individual homogêneo caracteriza-se pela incidibilidade do objeto.

II - o interesse difuso mantém dentre seus fundamentos a indeterminabilidade das pessoas envolvidas assim como uma conflituosidade máxima.

III - o interesse coletivo estrito senso demonstra-se através de pessoas pelo menos determináveis e pelo objeto divisível.

IV - o interesse público é caracterizado pela presença predominante do Estado.

V - o interesse social pode ter como acepção aquilo que consulta a maioria da sociedade civil, ou seja, o bem-comum, equivalendo-se ao exercício coletivo de interesses coletivos, assim como o exercício da atividade organizada empresarial.

Quanto às alternativas acima:

- a) os itens I, II e V estão incorretos;
- b) apenas o item IV é correto;
- c) apenas o item II é incorreto;
- d) os itens I, III e V são corretos;
- e) os itens II, IV e V são corretos.

55. Quanto à tutela do patrimônio público é **CORRETO** dizer que:

- a) é possível a conexão ou continência entre a ação civil pública e a ação popular, basta a tanto que a parte passiva seja a mesma, já que no pólo ativo tanto o MP quanto o autor popular são substitutos processuais;
- b) as penas de que trata o art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92 devem ser aplicadas em bloco (*perda da função pública, ressarcimento de dano, perdimento de bens, suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar ou receber incentivos fiscais e creditícios de órgãos públicos*), sendo vedada ao juiz a aplicação de uma sanção independente de outra;
- c) a sentença terá efeito *erga omnes*, tanto julgado procedente ou improcedente o pedido inicial, em qualquer hipótese;
- d) mesmo que a ação civil pública tangencie a inconstitucionalidade de lei não haverá usurpação da ação direta de inconstitucionalidade, considerando o objeto de ambas ações;
- e) a competência para julgamento da ação civil pública por improbidade administrativa será da justiça estadual quando o agente público municipal desvia verbas sujeitas à prestação de contas perante órgão federal.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

56. É **INCORRETA** a afirmação:

- a) Ao examinar provas, concluindo sobre qualquer questão do pedido, o julgador decide meritoriamente;
- b) Ao julgar que o negócio jurídico objeto da lide poderia ser realizado por uma das partes, decide o juiz questão prejudicial, que é integrante do mérito;
- c) Salvo inépcia do pedido, toda proposição sobre a existência ou não da pretensão funda-se em prova e ingressa no mérito;
- d) O juiz não está adstrito à lei invocada, mesmo quando o fundamento da ação é uma suposta infração do direito em tese;
- e) Há pedido de nova decisão quando o apelante suscita questões não discutidas na instância *a quo* em razão de força maior.

57. *“Como há independência do Ministério Público em relação ao Poder Judiciário, não pode o magistrado obrigar o órgão ministerial a intervir no processo”.*

Diante dessa afirmativa, considere as seguintes alternativas:

- I. A falta de intimação do Ministério Público, nas hipóteses legais, acarreta anulabilidade do respectivo procedimento;
- II. O que enseja a nulidade é a falta de intervenção do Ministério Público e não a falta de intimação;
- III. se o processo tiver tramitado sem conhecimento do Ministério Público, o juiz anulará o feito a partir do momento em que o órgão do *parquet* manifesta nos autos a necessidade de sua intervenção;
- IV. Cessada a causa de intervenção do Ministério Público no decorrer do processo, a decisão afinal proferida não enseja a intimação do órgão ministerial.

SOMENTE é CORRETO o que se afirma em:

- a) I e II
- b) III e IV
- c) II
- d) IV
- e) III

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

58. É **CORRETO** afirmar em sede de recursos especial e extraordinário:

I. Tem-se como prequestionada a questão objeto de recurso especial aviado pelo Ministério Público, se tal restou suscitada no parecer ministerial e discutida no acórdão objurgado;

II. Os recursos especial e extraordinário não são meios idôneos para se demonstrar o que o tribunal de apelação teve como não comprovado;

III. A valoração jurídica da prova diz respeito ou se equivale ao seu reexame;

IV - Para o aviamento de recurso extraordinário não é indispensável o prévio esgotamento das instâncias ordinárias, eis que aquela irresignação busca a uniformização da aplicação das normas constitucionais, importando, pois, na preservação da ordem pública.

Somente é **CORRETO** o que se afirma em:

- a) II e IV
- b) I e IV
- c) II
- d) I e III
- e) I e II

59. Analisando as afirmativas abaixo é **INCORRETO** concluir:

a) O mandado de segurança é via processual inadequada para se obter controle incidental de constitucionalidade;

b) Os fatos notórios estão sujeitos à comprovação de sua relevância para o deslinde da controvérsia;

c) Quando intervém em processo de interdição, busca o Ministério Público a garantia de que somente seja declarada a incapacidade com espeque em prévia autorização legal;

d) Quando o Ministério Público ajuíza ação civil pública na tutela de interesses difusos, o faz na condição de legitimado autônomo;

e) Havendo fundada suspeita de incapacidade de um dos litigantes, deve o Ministério Público intervir obrigatoriamente em vista de expressa disposição processual.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

60. *“Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimação”* (artigo 3º do Código de Processo Civil).

Diante desse postulado é **CORRETO** afirmar:

- a) O interesse processual, indispensável no ajuizamento da ação, se ausente no momento da prolação da sentença, não enseja a rejeição do pedido;
- b) Se a parte for manifestamente ilegítima, o juiz deve fixar prazo razoável para que a petição seja emendada;
- c) O réu não precisa demonstrar interesse em contestar, pois este se encontra pressuposto;
- d) Não é suficiente, para a aferição da existência do interesse processual do Ministério Público, a singela demonstração de que se trata de uma hipótese de ação civil pública;
- e) A decisão liminar do juiz determinando a citação, enseja inelutável preclusão, sendo defeso àquele reexaminar questão envolvendo a legitimação passiva.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

61. Assinale a afirmativa **INCORRETA**, no que diz respeito às normas contidas na chamada Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92).

- a) As entidades privadas, em determinadas hipóteses, também estão sujeitas à tutela da Lei de Improbidade Administrativa.
- b) As sanções estipuladas na referida lei são aplicáveis mesmo àqueles que não são agentes públicos, somente quando estes forem beneficiários do ato de improbidade.
- c) A atuação do Ministério Público postulando a decretação judicial de indisponibilidade dos bens do indiciado, por ato de improbidade, não está condicionada à prévia representação da autoridade administrativa responsável pelo inquérito.
- d) A obrigação de reparar lesão ao patrimônio público se transmite ao sucessor do responsável pelo ato de improbidade.
- e) A constatação de ato de improbidade administrativa não autoriza a presunção da ocorrência de dano ao patrimônio comum.

62. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00) é **INCORRETO** afirmar que

- a) a fiscalização do cumprimento das normas contidas na referida lei é atribuída ao Ministério Público, concorrentemente com outros órgãos.
- b) da prestação de contas do Poder Executivo endereçada ao Tribunal de Contas, constarão, além das suas próprias contas, as dos Poderes Legislativo, Judiciário e as do Ministério Público.
- c) é vedado a Estados e Municípios editarem legislação para fixação de limites inferiores aos estabelecidos na LC 101//00, no que concerne às suas dívidas consolidada e mobiliária.
- d) os valores de contratos de terceirização de mão-de-obra não são computados para efeito do cálculo dos limites estabelecidos para execução de despesas de pessoal.
- e) é nulo o ato que importe em aumento de despesa com pessoal realizado nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder ou órgão.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

63. Relativamente às normas contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente é **CORRETO** afirmar que

- a) a legitimidade para a propositura de ação para a perda ou suspensão do pátrio poder é exclusiva do Ministério Público.
- b) o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, imediatamente, encaminhado ao membro do Ministério Público oficiante perante à Vara da Infância e Juventude.
- c) no processamento de ato infracional, o membro do Ministério Público atribuído poderá promover o arquivamento dos autos, sendo desnecessária sua homologação pela autoridade judiciária.
- d) implementando-se a intimação do adolescente e do seu defensor, relativamente à sentença que aplicar medida de internação ou semiliberdade, torna-se despicienda a intimação de seus pais ou responsáveis.
- e) a intervenção do Ministério Público é obrigatória em todos os procedimentos da competência da Justiça da Infância e Juventude, à exceção daqueles destinados à apuração de irregularidade em entidade de atendimento.

64. Apenas uma das assertivas abaixo é **INCORRETA**, no que concerne às normas estatuídas na Lei 8.080/90, que regula no território nacional, as ações e serviços de saúde e na Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso), assinale-a.

- a) Se as circunstâncias assim o justificarem, ao membro do membro do Ministério Público competirá intervir nas ações de alimentos que discutam o direito de idosos em situação de risco.
- b) A Ordem dos Advogados do Brasil é legitimada à propositura de ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, previstos no Estatuto do Idoso.
- c) A Lei 8.080/90 prevê expressamente a legitimidade do Ministério Público para a fiscalização dos mandamentos contidos naquele diploma legal.
- d) O Sistema Único de Saúde poderá contar com a participação da iniciativa privada, em caráter complementar.
- e) Um dos princípios instituidores do Sistema Único de Saúde é o da descentralização político-administrativa, com na municipalização na prestação dos respectivos serviços.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

65. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A coisa tombada não poderá sair do país, salvo se houver transferência de domínio, com autorização expressa do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e para integrar parte de acervo de museu de visitação pública, objetivando intercâmbio cultural.
- b) Segundo o que dispõe o Código Florestal, consideram-se, também, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural, destinadas a assegurar condições de bem-estar público.
- c) Em imóvel rural é obrigatória a constituição de reserva legal correspondente a 20% de sua área, não podendo a vegetação ali existente ser suprimida, sem a autorização do órgão ambiental competente, salvo tratar-se de imóvel adquirido antes da vigência do Código Florestal .
- d) A competência para editar normas em matéria ambiental é da União, concorrentemente com o Estado, devendo o município fiscalizar os seus cumprimentos, impondo multas e interditando atividades consideradas nocivas ou degradadoras ao meio ambiente.
- e) Segundo o Estatuto da Cidade, havendo legislação municipal específica para área incluída no Plano Diretor, como de utilização compulsória, o imóvel subutilizado, que não atender as condições e prazos para a implementação da referida obrigação, será desapropriado, mediante justa indenização em dinheiro.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

66. Assinale a alternativa **CORRETA**.

a) Corredores ecológicos, na definição trazida pela Lei do SNUC, são os locais remanescentes de áreas degradadas que formam corredores de vegetação nativa, nos quais espécimes endêmicas da fauna e da flora têm seu habitat, devendo ser preservados por se tratarem de Unidades de Proteção Integral, criadas pelo Poder Público.

b) As Unidades de Conservação devem ser criadas por lei federal, estadual ou municipal, dependendo dos limites territoriais onde se inserem, ou seja, quando ultrapassarem mais de um estado, serão criadas por lei federal, se ultrapassarem os limites territoriais de mais de um município, serão criadas por lei estadual e se estiverem adstritas a apenas um município, serão criadas por lei municipal.

c) Com a instituição de cobrança pelo uso de recursos hídricos, as águas subterrâneas, para serem utilizadas, necessitam de outorga concedidas por ato do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal, podendo o Poder Executivo Federal, delegar sua competência aos Estados ou ao Distrito Federal, se o recurso hídrico for de domínio da União.

d) O parcelamento de solo para fins urbanos poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observando as legislações estaduais e municipais pertinentes e desde que a área seja considerada zona urbana, obedecendo-se as restrições e requisitos previstos nos planos diretores municipais e na Lei de Uso e Ocupação de Solo, com as adaptações procedidas pelo Estatuto da Cidade.

e) O órgão ambiental estadual será responsável por emitir licenças para o funcionamento de empreendimentos potencialmente poluidores, assim definidos na legislação competente, devendo, tais empreendimentos, submeterem-se a três etapas de licenciamento: a licença prévia, a de instalação e a de operação, ficando o órgão ambiental municipal encarregado da fiscalização de seu funcionamento.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

67. Consideram-se, práticas infrativas, previstas no Decreto 2181/97, que regulamenta o Código de Defesa do Consumidor, **EXCETO**:

- a) Recusar, o fornecedor de produtos ou serviços, a cumprir oferta solicitada por consumidor que dela tomou conhecimento por veiculação de anúncio impresso em jornal de grande circulação, demonstrando erro de digitação a cargo do veículo publicitário;
- b) Recusar atendimento às demandas dos consumidores na exata medida de suas disponibilidades de estoque e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;
- c) Ofertar produtos ou serviços sem as informações corretas, claras, precisas e ostensivas, em língua portuguesa, sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, condições de pagamento, juros, encargos, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados relevantes;
- d) Enviar ou entregar ao consumidor qualquer produto ou fornecer qualquer serviço, sem solicitação prévia.
- e) Executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.

68. Assinale a única alternativa **CORRETA**, no que diz respeito à legislação que baliza as eleições para os diversos cargos no país.

- a) É livre a realização de pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou candidatos, para conhecimento público, bastando, para tanto, a prévia comunicação aos partidos políticos, candidatos e coligações, até 5 (cinco) dias úteis da divulgação de seus resultados.
- b) É vedada, em qualquer hipótese, a divulgação, pelos candidatos, de propaganda intrapartidária, em data anterior ao dia 05 de julho do ano da eleição.
- c) É possível a veiculação de propaganda eleitoral em bens públicos, desde que observados alguns requisitos estipulados pela legislação eleitoral.
- d) É permitida a veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares, desde que previamente comunicada à Justiça Eleitoral.
- e) Nos 3 (três) meses que antecedem ao pleito, é vedada, em qualquer hipótese, a veiculação de publicidade institucional dos atos, programas, obras e serviços dos entes públicos, da administração direta e indireta, da União, Estados e Municípios.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

69. De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93) é **CORRETO** afirmar que

- a) os Procuradores e Promotores de Justiça são órgãos de execução do Ministério Público, sendo que o Procurador-Geral de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público são órgãos da Administração Superior da Instituição.
- b) os conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público serão dirimidos pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.
- c) ao membro do Ministério Público é vedado participar como cotista ou acionista de sociedade comercial.
- d) o Procurador-Geral de Justiça poderá, por ato excepcional e fundamentado, designar Promotor de Justiça, para exercer as funções processuais afetas a outro Promotor de Justiça, submetendo sua decisão previamente ao Conselho Superior do Ministério Público.
- e) compete ao Conselho Superior do Ministério Público sugerir ao Procurador-Geral de Justiça a edição de recomendações, de caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público para o desempenho de suas funções e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços.

70. De acordo com o estabelecido nas Leis 7.347/85 (Ação Civil Pública) e 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), apenas uma das alternativas é **INCORRETA**, assinale-a.

- a) Na fixação das penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa, o Juiz as aplicará, sempre, de forma cumulativa.
- b) Ambas são espécies de um mesmo gênero.
- c) Em se constatando a configuração de ato de improbidade administrativa, que cause lesão ao erário, é possível postular a decretação de sua nulidade, manejando-se a ação civil pública.
- d) O servidor público concursado, que pratique ato de improbidade administrativa, poderá ter contra si decretada a perda de sua função pública.
- e) É possível o afastamento cautelar do agente público do exercício do cargo, em se caracterizando a prática de ato de improbidade administrativa, quando a medida se fizer necessária a instrução processual.

RASCUNHO DO GABARITO

- | | |
|---------|---------|
| 1) () | 48) () |
| 2) () | 49) () |
| 3) () | 50) () |
| 4) () | 51) () |
| 5) () | 52) () |
| 6) () | 53) () |
| 7) () | 54) () |
| 8) () | 55) () |
| 9) () | 56) () |
| 10) () | 57) () |
| 11) () | 58) () |
| 12) () | 59) () |
| 13) () | 60) () |
| 14) () | 61) () |
| 15) () | 62) () |
| 16) () | 63) () |
| 17) () | 64) () |
| 18) () | 65) () |
| 19) () | 66) () |
| 20) () | 67) () |
| 21) () | 68) () |
| 22) () | 69) () |
| 23) () | 70) () |
| 24) () | |
| 25) () | |
| 26) () | |
| 27) () | |
| 28) () | |
| 29) () | |
| 30) () | |
| 31) () | |
| 32) () | |
| 33) () | |
| 34) () | |
| 35) () | |
| 36) () | |
| 37) () | |
| 38) () | |
| 39) () | |
| 40) () | |
| 41) () | |
| 42) () | |
| 43) () | |
| 44) () | |
| 45) () | |
| 46) () | |
| 47) () | |

XLV CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

GABARITO DAS PROVAS DA PRIMEIRA ETAPA

01- A	11- C	21- E	31- E	41- B	51- E	61- B
02- D	12- D	22- D	32- B	42- D	52- A	62- C
03- E	13- D	23- B	33- A	43- E	53- E	63- D
04- anulada	14- A	24- D	34- C	44- C	54- E	64- C
05- B	15- B	25- E	35- E	45- A	55- D	65- B
06- A	16- E	26- D	36- D	46- C	56- D	66- anulada
07- A	17- C	27- A	37- B	47- D	57- D	67- A
08- E	18- A	28- C	38- C	48- A	58- E	68- C
09- C	19- B	29- B	39- A	49- anulada	59- A	69- D
10- D	20- E	30- C	40- D	50- C	60- C	70- A

COMISSÃO DE CONCURSO